



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

**MEMORANDO DE ENTENDIMENTO SOBRE O REFORÇO
DA COOPERAÇÃO NO COMBATE À CRIMINALIDADE
TRANSNACIONAL E AO BRANQUEAMENTO DOS PRODUTOS DO
CRIME ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
PORTUGUESA E A PROCURADORIA-GERAL DA UCRÂNIA**

A Procuradoria-Geral da República Portuguesa e a Procuradoria-Geral da Ucrânia, doravante designadas por "Partes",

Desejando contribuir para o reforço e desenvolvimento da cooperação bilateral no combate à criminalidade transnacional e, em especial, ao branqueamento dos produtos do crime;

Baseando-se nos princípios da igualdade, boa-fé, reciprocidade e no respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais;

Tomando em consideração os objectivos e princípios do Acordo de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e a Ucrânia, assinado em Lisboa, em 25 de Outubro de 2007, e dos Acordos internacionais em que os respectivos Estados são Partes, nomeadamente da Convenção Europeia de Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal, de 20-04-1959, e na Convenção relativa ao Branqueamento, Detecção, Apreensão e Perda dos Produtos do Crime, de 08-11-1990, ambas do Conselho da Europa;

ACORDAM O SEGUINTE:

1. As Partes, no âmbito das suas atribuições e competências e observando as respectivas legislações nacionais, cooperarão na luta contra a criminalidade transnacional e, designadamente, no combate ao branqueamento dos produtos do crime.

2. A cooperação, no referido domínio, efectuar-se-á através do intercâmbio de informações sobre a criminalidade transnacional e, na medida em que tal seja permitido pelas respectivas leis internas e sem prejuízo do respeito pelas normas de protecção de dados pessoais e do segredo de justiça, as Partes trocarão informações sobre os cidadãos nacionais ou residentes que sejam objecto de investigação por crimes previstos neste Memorando.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

3. As Partes tomarão as medidas adequadas e necessárias, dentro das suas atribuições e competências, para cooperarem na execução efectiva e oportuna dos pedidos de auxílio judiciário mútuo no âmbito da referida criminalidade e, nomeadamente, poderão realizar consultas entre si na fase de ponderação e preparação da apresentação de pedidos concretos de auxílio judiciário mútuo.

4. As Partes estabelecerão contactos entre os seus serviços para troca de experiências, com vista ao aperfeiçoamento das formas de cooperação e da troca de informações, nomeadamente, sobre os respectivos sistemas jurídicos, legislação em vigor e permuta de textos legais, dados analítico-estatísticos e relatórios disponíveis sobre o combate aos tipos e formas de criminalidade objecto deste Memorando.

5. Sem excluir o recurso à via diplomática, quando necessário, a cooperação entre as Partes, realiza-se através de contactos directos entre os seguintes serviços ou departamentos das Partes:

Pela Parte Portuguesa - Procuradoria-Geral da República - Gabinete do Procurador-Geral;

Pela Parte Ucraniana - Procuradoria-Geral da Ucrânia - Departamento de Cooperação Jurídica Internacional.

6. Para este efeito, as Partes poderão designar pontos de contacto permanentes nos respectivos serviços, que funcionarão como meios directos e preferenciais de contacto para agilizar a prevenção e a investigação da criminalidade transnacional.

7. A cooperação entre as Partes realiza-se através de pedidos de informações redigidos na língua oficial da Parte solicitante e serão enviados por escrito, através de correio, correio electrónico, comunicação fac-símile, ou qualquer outro meio que assegure o registo escrito, acompanhados de tradução na língua da outra Parte ou em língua inglesa. Em casos urgentes, os pedidos podem ser transmitidos oralmente, com posterior confirmação por qualquer das vias antes referidas.

8. Cada Parte poderá ainda, dentro dos limites estabelecidos pela sua lei interna, transmitir à outra, espontaneamente, informações consideradas relevantes para efeitos de investigação.

9. Os pedidos serão executados pelas Partes em conformidade com a sua legislação interna. Se não for possível satisfazer um pedido, a Parte requerida informará imediatamente a Parte requerente das razões que impedem a execução.

10. Cada uma das Partes assegura a confidencialidade dos pedidos, informações ou documentos recebidos da outra Parte, em conformidade com a sua lei interna, e toma as medidas necessárias para garantir o nível de confidencialidade que a outra Parte solicitar.

Se a Parte requerente necessitar de usar as informações ou documentos em juízo, deverá apresentar um pedido de auxílio judiciário mútuo, em conformidade com as normas convencionais internacionais em vigor e com a respectiva lei interna, que forem aplicáveis.

11. Todas as questões relativas à interpretação e execução deste Memorando serão decididas pelas Partes, de acordo com os princípios da compreensão e respeito mútuos.

As Partes poderão acordar alterações ao presente Memorando, em qualquer momento.

12. O presente Memorando não prejudica as obrigações decorrentes de acordos ou tratados internacionais que vinculem os Estados das Partes e não gera novas obrigações internacionais para as Partes ou para seus Estados.

A sua aplicação baseia-se no esforço comum das Partes e na vontade recíproca de encontrar soluções eficazes para o combate à criminalidade transnacional, no espírito de cooperação que enforma este Memorando.

13. O presente Memorando entrará em vigor na data da sua assinatura e vigorará por tempo indeterminado. Cada uma das Partes poderá pôr termo ao mesmo, notificando a outra Parte, por escrito, do seu desejo. Neste caso, o Memorando cessará a sua vigência seis meses após a recepção da notificação pela outra Parte.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Assinado na cidade de Kyiv em “___” de Junho de 2010 em duas cópias, nas línguas portuguesa, ucraniana e inglesa, todos os textos sendo igualmente válidos. No caso de divergência de interpretação ou na execução das suas previsões, prevalecerá o texto em inglês.

**Procurador-Geral
da República Portuguesa**

**Procurador-Geral
da Ucrânia**

**Fernando José Matos
Pinto Monteiro**

Oleksandr Medvedko



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

**МЕМОРАНДУМ ПРО ПОРОЗУМІННЯ ЩОДО ЗМІЦНЕННЯ
СПІВРОБІТНИЦТВА У СФЕРІ БОРОТЬБИ З
ТРАНСНАЦІОНАЛЬНОЮ ЗЛОЧИННІСТЮ ТА ВІДМИВАННЯМ
ДОХОДІВ ВІД ЗЛОЧИННОЇ ДІЯЛЬНОСТІ
МІЖ ГЕНЕРАЛЬНОЮ ПРОКУРАТУРОЮ ПОРТУГАЛЬСЬКОЇ
РЕСПУБЛІКИ ТА ГЕНЕРАЛЬНОЮ ПРОКУРАТУРОЮ УКРАЇНИ**

Генеральна прокуратура Португальської Республіки та Генеральна прокуратура України, далі іменовані "Сторонами",

З метою зміцнення та розвитку двостороннього співробітництва в боротьбі з транснаціональною злочинністю, зокрема, відмиванням доходів від злочинної діяльності;

Керуючись принципами рівноправності, добросовісності, взаємності та поваги до прав людини та основоположних свобод;

Беручи до уваги цілі та принципи, викладені в Угоді про дружбу та співробітництво між Португальською Республікою та Україною, яка була підписана 25 жовтня 2007 року в Лісабоні, міжнародних угодах Ради Європи, учасницями яких є обидві Держави, зокрема, Європейській конвенції про взаємну допомогу у кримінальних справах, підписаній 20 квітня 1959 року, а також Конвенції про відмивання, пошук, арешт та конфіскацію доходів, одержаних злочинним шляхом, підписаній 8 листопада 1990 року;

ДОМОВИЛИСЬ ПРО НАСТУПНЕ:

1. Сторони в межах своєї компетенції та відповідно до законодавства своїх держав будуть співробітничати у сфері боротьби з транснаціональною злочинністю, зокрема, відмиванням доходів, одержаних злочинним шляхом.

2. Співробітництво у цій сфері буде здійснюватись Сторонами шляхом обміну інформацією стосовно транснаціональної злочинності в межах, передбачених національним законодавством, зважаючи на правила захисту інформації та обов'язок збереження таємниці слідства у кримінальних справах. Обмін інформацією, про який йде мова, поширюється на громадян та осіб, які проживають на території Сторін і щодо яких ведеться переслідування за фактами кримінальних правопорушень, що охоплюються цим Меморандумом.

3. Сторони вживатимуть достатніх та необхідних заходів в межах їх компетенції під час співпраці для ефективного та своєчасного виконання запитів про надання взаємної правової допомоги у справах про транснаціональні злочини. З цією метою під час розгляду та підготовки конкретних запитів, пов'язаних із наданням взаємної правової допомоги, Сторони можуть проводити між собою консультації.

4. Сторони встановлюють контакти між своїми органами для обміну досвідом з метою удосконалення форм співпраці та обміну інформацією, а саме, щодо правових систем, чинного законодавства, яке застосовується, законодавчих текстів, статистичних та аналітичних даних та наявних звітів у боротьбі із видами злочинності, що охоплюються цим Меморандумом.

5. Не виключаючи використання дипломатичних шляхів, у разі необхідності співпраця між Сторонами здійснюється шляхом безпосередніх контактів між такими підрозділами Сторін:

від португальської Сторони - відділ правової підтримки Генеральної прокуратури Португальської Республіки;

від української Сторони - міжнародно-правове управління Генеральної прокуратури України.

6. Задля вищезазначених цілей Сторони повинні визначити постійних контактних осіб своїх відомств, які мають контактувати безпосередньо та у пріоритетному режимі, з метою попередження та прискорення розслідування транснаціональних злочинів.

7. Співпраця між Сторонами здійснюватиметься на підставі письмових запитів про надання інформації, надісланих поштою, електронною поштою або факсимільним зв'язком та оформлених офіційною мовою запитуючої Сторони з перекладом на мову запитуваної Сторони або англійську мову. У термінових випадках запити можуть надходити в усній формі з наступним підтвердженням у будь-який спосіб, визначений вище.

8. Кожна Сторона, у відповідності до її національного законодавства, може без попереднього прохання надіслати іншій Стороні інформацію, яка сприятиме у проведенні розслідування.

9. Запити виконуються Сторонами відповідно до їх національного законодавства. У випадку, якщо виконання запиту запитуваною Стороною є неможливим, запитуюча Сторона має бути негайно повідомлена про це, а також про причини, що перешкоджають його виконанню.

10. Кожна із Сторін відповідно до її національного законодавства забезпечує конфіденційність запитів, інформації чи документів, переданих іншою Стороною, та вживає всіх необхідних заходів для забезпечення рівня конфіденційності, запитуваного іншою Стороною.

Коли у запитуючої Сторони виникає необхідність використати відповідну інформацію або матеріали у судовому процесі, запитуваній Стороні надсилається запит про надання правової допомоги відповідно до правил, встановлених міжнародними договорами та відповідним національним законодавством.

11. Усі питання, пов'язані з тлумаченням і виконанням цього Меморандуму, вирішуються на основі принципів взаєморозуміння і поваги.

У разі потреби Сторони можуть у будь-який час домовитись про внесення змін до цього Меморандуму.

12. Цей Меморандум не зачіпає зобов'язань, встановлених будь-якими міжнародними договорами та угодами, укладеними державами Сторін, та не створює нових міжнародних зобов'язань для Сторін або їх держав.

Його застосування ґрунтується на спільних зусиллях та взаємному зобов'язанні Сторін досягати ефективних рішень у дусі партнерства, притаманному цьому Меморандуму.

13. Цей Меморандум набуває чинності з дати його підписання та укладається на невизначений термін. Про бажання припинити дію цього Меморандуму кожна із Сторін письмово повідомляє іншу Сторону. В такому разі цей Меморандум втрачає чинність через шість місяців після отримання повідомлення іншою Стороною.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Укладено "____" червня 2010 року в місті Києві у двох примірниках португальською, українською та англійською мовами, кожний з яких є автентичним. У разі виникнення розбіжностей щодо тлумачення або застосування будь-якого з положень цього Меморандуму переважну силу матиме текст англійською мовою.

Генеральний прокурор
Португальської Республіки

Генеральний прокурор України

Фернандо Жозе Матуш
Пінту Монтейру

Олександр Медведько



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

**MEMORANDUM OF UNDERSTANDING ON THE
STRENGTHENING OF CO-OPERATION IN THE FIGHT
AGAINST TRANSNATIONAL CRIME AND LAUNDERING OF
THE PROCEEDS FROM CRIME BETWEEN THE PROSECUTOR
GENERAL'S OFFICE OF THE PORTUGUESE REPUBLIC AND
THE PROSECUTOR GENERAL'S OFFICE OF UKRAINE**

The Prosecutor General's Office of the Portuguese Republic and the Prosecutor General's Office of Ukraine, hereinafter referred to as "the Parties",

Desiring to contribute to the strengthening and enhancement of the bilateral co-operation in the fight against transnational crime, in particular laundering of the proceeds from crime;

Bearing in mind the principles of equality, good faith, reciprocity and respect for human rights and fundamental freedoms;

Considering the aims and principles laid down in the Agreement on Friendship and Co-operation between the Portuguese Republic and Ukraine, signed at Lisbon on October 25th, 2007, as well as the international agreements to which both States are Parties, in particular the European Convention on Mutual Assistance in Criminal Matters, signed on April 20th, 1959, and the Convention on Laundering, Search, Seizure and Confiscation of the Proceeds from Crime, signed on November 8th, 1990, both within the framework of the Council of Europe;

HAVE AGREED AS FOLLOWS:

1. Within their powers and in compliance with their internal laws, the Parties shall co-operate in the fight against transnational crime, in particular laundering of the proceeds from crime.

2. Co-operation in this field shall be effected through the exchange of information on transnational crime and, insofar as the respective internal law so allows and without prejudice to the respect for data protection rules and the secrecy duty pending criminal investigation, the exchange of information referred to hereabove shall be extended to nationals or individuals resident on the Parties' territories who are under investigation by reason of criminal offences covered by this Memorandum.

3. The Parties shall adopt the adequate and necessary measures within their powers, with a view to co-operating in the effective and prompt execution of requests for mutual assistance regarding transnational crime. For that purpose, consultations may take place while considering and preparing specific requests for mutual legal assistance.

4. The Parties shall establish contacts between their authorities for purposes of exchanging experiences aimed at enhancing co-operation and information exchange, namely on their legal systems, applicable legislation, exchange of legislative texts, statistic and analytical data and available reports on the fight against the types and forms of crime covered by this Memorandum.

5. Without prejudice to the use of diplomatic channels, where deemed necessary, co-operation between the Parties is implemented through direct contact between the following entities or departments:

For the Portuguese Part - Prosecutor General's Office – Legal Support Unit;

For the Ukrainian Part - Prosecutor General's Office – International Law Department.

6. For the purposes set forth hereabove, the Parties shall designate their permanent contact points by the respective entities, who shall act as direct and preferential contact channels in order to render more expeditive both the prevention and investigation of transnational crime.

7. Co-operation between the Parties is sought by way of information requests drawn up in the official language of the requesting Party and sent by post, e-mail, facsimile, or any other means allowing a written record thereof, together with a translation either into the language of the requested Party or into English. In case of urgency, requests may be transmitted orally, followed by confirmation in any of the manners specified hereabove.

8. Either Party may spontaneously transmit information to the other Party in accordance with its internal law, which is considered relevant for carrying out investigations.

9. The requests shall be executed by the Parties in accordance with their internal law. Where the requested Party is unable to deal with a request, the requesting Party shall be promptly informed thereof and the reasons thereof shall be given.

10. Each Party shall ensure that requests, information or documents transmitted by the other Party in accordance with its internal law shall be subject to confidentiality, and it shall adopt all necessary measures to ensure the confidentiality level requested by the other Party.

Where the concerned information or documents are to be used by the requesting Party for trial purposes, a request for mutual legal assistance shall be presented to the requested Party, in accordance with the applicable international treaties rules and respective internal law.

11. All issues regarding the interpretation and execution of this Memorandum shall be settled by the Parties pursuant to the principles of mutual understanding and respect.

The Parties may agree at any time on the need to amend this Memorandum.

12. This Memorandum shall not affect obligations entered upon under the terms of any international agreement or treaty binding the States Parties hereunto, and it shall not impose further international obligations on the Parties or their States.

Its implementation is based upon the Parties' common effort and reciprocal commitment to reach effective solutions in the fight against transnational crime, embodied of the spirit of co-operation affirmed in this Memorandum.

13. This Memorandum shall enter into force on the date of its signature and shall remain valid for an indefinite period of time. Denunciation thereof by either Party shall be notified to the other Party in writing. This Memorandum shall cease to apply six months after reception of such notification by the other Party.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Done at Kyiv on the “____” of June 2010, in two copies, in the Portuguese, Ukrainian and English languages, the three texts being equally authentic. In case of divergence of either the interpretation or the execution of any provisions laid down therein, the English version shall prevail.

**The Prosecutor General of
the Portuguese Republic**

**The Prosecutor General of
Ukraine**

**Fernando Jose Matos
Pinto Monteiro**

Oleksandr Medvedko